

# Eleição pode prejudicar acerto

Denise Rothenburg

Da equipe do **Correio**

O clima no Senado é de perplexidade geral. Por mais que alguns tentem buscar acordos e saídas honrosas para a crise que se instalou ali, ninguém é capaz de apontar o fim da turbulência sem uma punição exemplar a quem estiver envolvido em escândalos. "A situação é tétrica", comenta o senador Carlos Bezerra (PMDB-MT), durante conversa no cafezinho anexo ao plenário.

O desconforto está em todos os partidos. E até mesmo quem está acostumado a patrocinar acordos e obras de engenharia política para a preservação da maioria diz que o momento requer cautela: "A cada dia surge uma novidade, um fato novo. Temos que esperar o desenrolar do episódio. Não dá para fazer uma avaliação agora", afirma o

presidente do PFL, Jorge Bornhausen (SC).

Os senadores temem que, ao patrocinar um acordo, acabem desmoralizados perante à opinião pública. Sabem que, no ano que vem, pelo menos 54 deles (dois terços) terminarão seus mandatos e devem disputar eleições, seja para governador ou senador. Não querem chegar à campanha com cheiro de pizza no paletó.

Outros senadores lembram em conversas reservadas que o ex-presidente do Senado Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) colecionou muitos desafetos durante sua guerra contra o senador Jader Barbalho (PMDB-PA) e até mesmo pela forma como exerceu o poder, sem dividir o brilho dos acertos com o colegiado. "Se ele for cassado, será o fim de um método personalista de poder. E hoje não há conta que não feche 41 votos pela sua cassação. Estamos

vivendo isso porque ele foi lá no Ministério Público", comenta um senador sulista.

Esse político se referia à reunião de Antonio Carlos com os procuradores, em fevereiro deste ano. Foi naquela reunião que o senador baiano falou na lista de votação da cassação de Luiz Estevão (PMDB-DF). A partir daí, o painel foi lacrado e vieram os técnicos da Universidade de Campinas, que descobriram a alteração do sistema com a senha de Heitor Ledur, o operador do painel eletrônico de votações. De Heitor, chegou-se à ex-diretora do Serviço de Processamento de Dados do Senado (Prodasen), Regina Borges. De Regina, chegou-se ao então líder do governo, José Roberto Arruda. Arruda citou o senador Antonio Carlos como o receptor final da listagem. "ACM é o começo e o fim dessa história", dis-

se este mesmo senador do Sul.

Embora Arruda não tenha o estofo político de Antonio Carlos, a maioria considera que ele não pode escapar impune depois de ter mentido aos colegas na semana passada. "A confissão condena. Todo o senador é obrigado a falar a verdade e, ao tomar posse, jura respeitar a constituição. A situação dele é grave", comenta o primeiro-secretário do Senado, Carlos Wilson (PPS-PE).

O próximo a falar sobre o assunto será Antonio Carlos. Pelo menos, nos últimos dias, ele tem tomado o cuidado para não dizer que não viu lista. Mas, se Arruda é considerado caso perdido, os senadores é que se mostram perdidos quando o assunto é o senador baiano, que mantém suspense sobre seu depoimento no Conselho de Ética. Ante dele falar, ninguém arrisca palpite.